

# **AS PRÁTICAS DO MOVIMENTO COOPERATIVO COMO LUGARES DE EDUCAÇÃO**

FRANTZ<sup>1</sup>, Walter – UNIJUI

SCHÖNARDIE<sup>2</sup>, Paulo Alfredo – UNIJUI

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: Sem Financiamento

## **Introdução**

O presente texto tem como fio condutor básico a pergunta sobre a relação entre cooperação e educação, isto é, qual é o papel da educação na organização cooperativa? A reflexão sobre cooperação e educação busca identificar os processos educativos e compreender o seu sentido para a organização cooperativa. Pela produção de conhecimento sobre a relação entre cooperação e educação se objetiva constituir a possibilidade de aperfeiçoamento organizacional e institucional das práticas cooperativas. Essa é a justificativa social do presente esforço de reflexão. Para além disso, o estudo sobre as práticas de organização cooperativa objetiva a inserção do pesquisador no processo de desenvolvimento local, a partir da universidade, integrando pesquisa e extensão.

Considera-se também importante dizer a quem for ler o presente texto que a razão e a motivação para a escolha do tema e da problemática da relação cooperação-educação se encontram em experiências profissionais concretas junto a grupos sociais que, de alguma maneira, sempre depositaram no associativismo e na organização cooperativa uma esperança de poder melhorar, através de suas múltiplas práticas, as suas condições de vida. Portanto, trata-se do desafio de conjugar teoria e prática, ação e reflexão, extensão universitária e prática de responsabilidade social.

## **A organização cooperativa**

A cooperação é uma prática social, predominantemente, vinculada e condicionada pelas questões fundamentais da economia: produzir e distribuir bens e riquezas. Como tal expressa um processo social. É uma prática social condicionada em termos de tempo e lugar e, como tal, incorpora cultura, valores ou comportamentos

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Educação.

<sup>2</sup> Aluno do Programa de Pós-graduação em Educação, Bolsista CNPq

específicos de quem coopera. As circunstâncias históricas da vida – sejam elas materiais, políticas e culturais – influenciam e condicionam a prática cooperativa. O ser humano no processo de produção de suas condições de vida – em termos materiais ou espirituais – constrói a sua realidade social, da qual o cooperativismo é expressão como um movimento social que carrega valores e interesses. A força dinâmica do movimento cooperativo é a valorização do trabalho humano e as engrenagens do movimento são as relações de cooperação entre os indivíduos em função das suas necessidades e interesses.

Segundo Frantz (2006, p. 12), o termo cooperação contém em sua raiz etimológica a noção de trabalho, de relações sociais de trabalho. O movimento cooperativo moderno nasceu das lutas pela valorização do trabalho humano. O termo cooperativismo está relacionado à economia, tendo como seu núcleo a remuneração do trabalho. Por isso, a noção de organização cooperativa é mais ampla que uma simples instrumentação técnica. Tem também uma dimensão política amarrada aos interesses do trabalho das pessoas. Além do instrumental técnico, a organização cooperativa nasce de um movimento social que traz em seu bojo histórico a questão da valorização do trabalho humano. Trata-se, portanto, também de um movimento político e, como tal, constitui a identificação, a associação, a comunicação entre os que trabalham como seus instrumentos de atuação.

O termo *política* deve ser tomado, aqui, no sentido grego da palavra *πολιτικός*, implicando a noção de movimento social, de relação entre pessoas que buscam se identificar e construir algo em comum, abandonando seu *locus* de interesses apenas individuais.

Touraine (1998, p. 254) afirma que *"um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. [...] visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo em que a vitória sobre um adversário social"*.

No movimento cooperativo o conflito se localiza, historicamente, no processo de apropriação dos resultados da produção, por parte de seus associados, diante das forças do mercado. A realização de valores pode ser identificada pela observância dos princípios doutrinários com relação à organização e funcionamento das práticas cooperativas.

Afirma Severino (2005, p. 138) que

ao agir, o homem está sempre se referenciando a conceitos e valores [...] todas as situações que vive e todas as relações que estabelece são atravessadas por um

coeficiente de atribuição de significados, por um sentido, por uma intencionalidade, feita de uma referência simultaneamente conceitual e valorativa.

Porém, diante desse entendimento, também se pode afirmar que a cooperação é um conceito, de certa forma, ambíguo, permitindo múltiplos usos. É usado para definir ações, relações entre indivíduos, ou é empregado como um conceito de organização institucional (BOETTCHER, 1974). A cooperação como prática social pode ser vista como um processo social, i.é, implicando mudanças qualitativas nas relações sociais, ou como uma estratégia instrumental de organização com o objetivo de atender necessidades ou interesses.

No contexto de uma economia de mercado, segundo Boettcher (1974), as cooperativas, predominantemente, são estruturadas como instrumentos estratégicos de atuação com vistas ao objetivo de apropriação de resultados. De modo geral, na economia de mercado, os interesses dos indivíduos predominam sobre as suas necessidades. Porém, a organização cooperativa como empreendimento coletivo abriga a liberdade dos interesses das pessoas associadas e não a liberdade dos interesses do capital.

Entretanto, como no caso da economia solidária, a cooperação também pode assumir a natureza de um processo social, de ordem econômica, embasado em relações associativas pelas quais um grupo de indivíduos busca a construção de soluções para seus problemas comuns de produção e apropriação de resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns. A visão de processo social está mais inerente às iniciativas da organização cooperativa no campo da economia solidária (SINGER; SOUZA, 2000).

Na raiz da cooperação, em primeira instância, como já foi dito, estão as questões econômicas, porém, das quais decorrem os seus demais aspectos sociais: cultura, educação, política. Isso é especialmente válido para os empreendimentos de economia solidária, onde o caráter associativo entre os seus integrantes incorpora, com certeza, com maior peso os aspectos sociais. No movimento cooperativo tradicional, a economia dos interesses dos indivíduos livres e não do capital é estimulada pela cooperação, pela associação das individualidades. O movimento social da economia solidária expressa as necessidades dos indivíduos livres que são abrigados pelo coletivo. Há uma precedência na organização da solidariedade. Assim, enquanto no cooperativismo moderno se parte dos interesses dos indivíduos que se associam e constituem o coletivo, na economia solidária se parte do coletivo constituído para acolher os indivíduos necessitados.

Portanto, isso permite afirmar que uma organização cooperativa é, teoricamente, uma *associação* de pessoas e não de capitais, embora seus objetivos e interesses sejam de ordem econômica, vinculados à valorização de seu trabalho, no contexto das relações de mercado. A associação, prioritariamente, atua na perspectiva dos interesses econômicos de seus componentes. Porém, em função dos interesses dos associados, a *associação* organiza um instrumento de atuação, isto é, a *empresa cooperativa*. Trata-se de uma empresa comum com o objetivo de apoiar e complementar a administração das economias individuais, dando-lhes suporte no jogo competitivo do mercado (FRANTZ, 2002). Ao conjunto da associação e do seu instrumento de atuação, no mercado, pode-se denominar de *empreendimento cooperativo*, tendo as necessidades e os interesses dos associados como núcleo dinamizador das ações de gestão.

Na visão de Frantz (2006, p. 12) a cooperação em sua forma moderna, isto é, tendo os interesses dos indivíduos como sua força mobilizadora, pode ser considerada como um produto da organização capitalista da sociedade. O cooperativismo moderno se constituiu como uma reação às dificuldades técnicas, sociais, políticas e culturais, frente à lógica da acumulação do capital. As modernas formas de organização cooperativa nascem no espaço do mercado capitalista, isto é, onde as relações econômicas são ditadas pelo interesse do capital. A cooperação moderna propõe mudanças na organização econômica da sociedade, mediante a instauração de um sistema baseado em *associações-cooperativas*, de caráter econômico, postas a serviço das necessidades e dos interesses de quem trabalha.

O cooperativismo pode representar, teoricamente, um modelo de organização econômica e social mais justo para produzir e distribuir riquezas, pois, por sua natureza associativa oferece uma estrutura de poder econômico e político mais próximo de seus integrantes. Porém, esse modelo só pode ser construído pela permanente comunicação e educação de seus integrantes, pela qualificação de seus associados, dirigentes e funcionários, pela participação política e econômica de todos os associados na elaboração dos planos e execução dos projetos de suas cooperativas.

A educação acontece no preparo dos associados para a cooperação. A educação acontece como um processo de qualificação política e técnica dos associados. Severino (2005, p. 138) afirma que “*a prática educativa prepara para o mundo do trabalho e para a vida social*”. Por isso, pode-se falar de uma educação para a cooperação. De certo modo, a educação para a cooperação deve se opor ao sentido instrumental da educação, afirmado ao longo do processo capitalista de produção, com o objetivo de

qualificar as pessoas para a produção sob a lógica do capital e como processo de geração e afirmação de valores de legitimação dessa lógica, realizada sob o princípio da individualização e da concorrência (MÉSZÁROS, 2005).

Ao que parece, até aqui, não se tem podido entender e aproveitar todo o potencial social das práticas cooperativas como mecanismos de articulação a favor de um desenvolvimento mais justo, isto é, a favor do trabalho e não do capital. É comum ver as práticas cooperativas atreladas aos interesses dominantes na economia, isto é, aos interesses nem sempre idênticos às necessidades e interesses dos associados das cooperativas. O espaço da cooperação pode ser “colonizado” pela cultura capitalista, submetendo-a à lógica do capital e não do trabalho. As práticas cooperativas podem ser transformadas em meros instrumentos de gestão de custos ou de objetivos de uma organização econômica, não necessariamente a serviço dos associados.

Porém, certamente, o significado sócio-político do cooperativismo nascerá de sua prática, da capacidade de gestão dos projetos cooperativos. A gestão depende de muitos fatores, dentre os quais o próprio conhecimento e compreensão de todas as suas dimensões e possibilidades. Afirma Souza (2000, p. 7) que *“uma empresa autogestionária é mais que uma empresa, pois se assemelha a uma família, marcada por laços afetivos e também é uma organização social de orientação ideológica”*. É provável que na percepção desses fatores esteja um dos requisitos ou desafios maiores aos dirigentes e administradores de organizações cooperativas. Dessa capacidade de percepção nasce a dimensão pedagógica da gestão em organizações cooperativas. A gestão, especialmente em cooperativas, pode ter uma dimensão pedagógica. A pedagogia da gestão das práticas cooperativas consiste em orientar as ações de cooperação a favor da valorização do trabalho dos associados. Em consequência, pode-se afirmar que os dirigentes de organizações cooperativas devem ser também educadores. Talvez, essa seja uma função básica para a gestão de cooperativas.

Para Libâneo (1998, p. 22), *“o pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sócio-políticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa”*. A educação para a cooperação, sob a perspectiva da lógica cooperativa, deve “desconstruir” a visão e a cultura individualista, recuperando o espaço das relações cooperativas na economia, no entanto, sem destruir os espaços da individualidade entendida como uma conquista de liberdade, de constituição de sujeitos. A liberdade constitui o indivíduo como ator do movimento cooperativo, pois, a partir dela, estabelece novas relações sociais, novas

relações de cooperação. Nisso parece estar um dos maiores desafios da educação para a cooperação cooperativa (FRANTZ, 2006, p. 12). É preciso construir estruturas coletivas, de pensamento e de comportamento, que possam abrigar a liberdade dos indivíduos, inclusive, a liberdade econômica de seus interesses. Porém, sem ferir a convivência ética dos seres humanos. Diante desses desafios, abre-se um espaço importante à organização cooperativa e à educação para a cooperação.

### **Educação e cooperação**

Afirma Gohn (1992) que a educação está na ordem do dia com grande visibilidade política, na realidade brasileira, especialmente, dos anos 90. De outro lado, segundo a autora, os problemas enfrentados no campo da educação levaram “*ao surgimento de novas formas de educação informal (...) geradas a partir da prática cotidiana de grupos sociais organizados em movimentos e associações populares*” (GOHN, 1992, p. 8). A educação ganha importância, atualmente, apesar dos muitos desafios e problemas que enfrenta no contexto das transformações que se verificam no campo das ciências, da tecnologia, da política ou da economia. “*A sociedade como um todo aprendeu a organizar e a reivindicar seus direitos de cidadania, a partir da constatação da qualidade de não-cidadãos que são na prática*” (GOHN, 1992, p. 8). Dos estudos de Gohn se pode entender e afirmar que movimentos sociais, cidadania e educação constituem um processo social que caracterizou as últimas décadas da sociedade brasileira. “*A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo*” (GOHN, 1992, p. 16). Certamente, por essa via, mais que pelos princípios clássicos do movimento cooperativo, as práticas cooperativas se constituem em processos de educação.

Segundo Brandão (1995b, p. 26), a educação se constitui em “*um meio de produção de poder da sociedade civil e, através dele, um caminho de conquista de participação ativa e consciente*” dos rumos da sociedade. Para Assmann (1998, p. 26) “*a educação terá um papel determinante na criação da sensibilidade social necessária para reorientar a humanidade*”. A Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, da UNESCO, vislumbra na educação “*uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso (...) uma via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos*” (DELORS, 2001, p. 11-12).

O Relatório da UNESCO sobre a educação para o século XXI recoloca com ênfase a importância da educação. Afirma Delors: *“Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social”* (DELORS, 2001, p. 11).

Para Brandão (1995a, p. 10) *“a educação existe difusa em todos os mundos sociais”*, na escola, na rua, no sindicato, na empresa, na cooperativa etc. Vários e distintos são os lugares e os processos da educação. Muitas são as pedagogias, isto é, as “direções” da educação são diversas.

A educação é um fenômeno complexo da existência humana. Nessa condição pode ser um componente da utopia ou da ideologia. Por conseguinte, a educação tem muitas definições, compreensões ou explicações e acontece em diferentes lugares e de diversos modos. A partir dessa visão, tornou-se também um campo polêmico.

Libâneo (1998, p. 22) a define como *“o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais”*.

Para Marques (1996, p. 14)

a educação se cumpre num diálogo de saberes, não em simples troca de informações, nem em mero assentimento acrítico a proposições alheias, mas na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida, de trabalho, de uma comunidade discursiva de argumentação.

Os seres humanos se educam nas relações sociais do trabalho, educam-se pela comunicação crítica, pelo debate e argumentação sobre os diferentes aspectos de suas vidas. Os conteúdos desse processo educativo são, por isso mesmo, ora mais técnicos ora mais políticos. Os seres humanos educam e são educados, aprendem e ensinam em um processo de convivência com os seus semelhantes, seja por uma relação cooperativa ou competitiva. Pelo conhecimento, pela educação, pela aprendizagem constroem os sentidos de sua existência. O conhecimento é produto da capacidade de pensar e viver o mundo, de atribuir significados à realidade; é gerado no esforço por entender e fazer a vida. No processo da convivência social e, especialmente, no processo de produção de sua sobrevivência e afirmação, seja na relação com a natureza ou com os demais seres humanos, este constrói conhecimento, processa educação, aprende e desenvolve capacidades.

Afirma Severino (2005, p. 139) “*que muitos dos padrões que marcam o nosso agir derivam de imposições que são de natureza sociocultural, ou seja, dos próprios homens, vivendo em sociedade, acabem impondo uns aos outros determinadas normas de comportamento e de ação*”. Nesse processo de construção da convivência social, podem-se identificar os fundamentos da educação para a cooperação.

No movimento cooperativo, a educação é relacionada como princípio histórico fundamental do processo de organização e funcionamento de uma cooperativa, desde a experiência cooperativa Rochdale, iniciada em 1844, na Inglaterra (SCHNEIDER, 1991). Portanto, existe uma relação histórica entre práticas cooperativas e práticas educativas.

No cooperativismo brasileiro, as atividades de educação também sempre foram valorizadas, sendo-lhe atribuídas diferentes funções, tais como: promoção da fidelidade cooperativa, qualificação da organização do quadro social, homogeneização de valores e comportamentos associativos (FRANTZ, 1980).

A organização e o funcionamento de uma cooperativa exigem de seus integrantes *cooperantes* uma comunicação de interesses, de objetivos e práticas. Nesse processo de interlocução se cumpre a educação, fundada no processo de construção e reconstrução das práticas cooperativas. Por isso, pode-se afirmar que os espaços do cooperativismo, em sua construção e funcionamento, constituem-se em campos de educação.

Porém, para compreender a relação entre educação e cooperação em suas formas e mecanismos de desdobramentos práticos, em seus sentidos e significados, deve-se olhar e perguntar pelo “uso social” ou “atrelamento” da organização cooperativa. Deve-se perguntar pelos seus sentidos, por suas forças, seus movimentos ou suas origens. Deve-se perguntar pelas necessidades e interesses de quem pratica a cooperação ou pelos interesses inerentes ao processo da educação. Deve-se compreender a dimensão da cooperação: processo social ou estratégia de atuação no mercado?

Segundo Severino (2005, p. 151), além da transmissão de conhecimentos científicos e técnicos, é preciso que a educação seja mediação da percepção das relações situacionais, que possibilite aos educandos “*a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí poderão também se dar conta do significado de suas atividades técnicas e culturais*”. Pode-se aceitar a idéia que apenas sob essa dimensão as organizações cooperativas serão, verdadeiramente, lugares de educação, apoiados “*no tripé formado pelo domínio do saber teórico, pela apropriação da*



*habilitação técnica e pela sensibilidade ao caráter político das relações sociais*". Sob essa dimensão, as organizações cooperativas adquirem importância social e podem ser valorizadas como meios de organização e atuação para a qualificação do processo de desenvolvimento local. Na visão de Severino, a educação deve ser assumida como uma prática técnica e política. Em nossa visão, a educação para a cooperação deve obedecer a esse duplo propósito.

### **Educação para a cooperação**

No contexto da realidade social brasileira, em suas diferentes dimensões, o cooperativismo começa, novamente, a ser valorizado. Muitas são as experiências em diferentes setores da economia que se utilizam dos princípios da organização cooperativa. Nem sempre são cooperativas de direito, mas, de fato, são práticas que têm a cooperação como um de seus mecanismos de organização e funcionamento (SINGER; SOUZA, 2000).

Com certeza, no contexto histórico atual, as práticas do associativismo e do cooperativismo passam, novamente, a ser valorizadas. Ao associativismo e ao cooperativismo como processos sociais construtores de laços sociais são recolocados responsabilidades e apelos históricos de profundas dimensões sociais "*não apenas por razões de competitividade econômica, mas também sob a pressão de uma verdadeira urgência social*" (LÉVY, 1999, p. 42-43). Reconhecer a importância de dimensões outras, não diminui o fundamento econômico da cooperação. Se a prática cooperativa ou o movimento é uma questão, fundamentalmente, econômica "ela se torna uma questão política, social e cultural, exatamente, na medida em que assume importância econômica, seja para seus associados, ou seja, para a economia em geral" (FRANTZ, 1985, p. 60). A economia também tem uma dimensão social, política, e delas decorre o seu sentido ético. Afirma Lévy que "as necessidades econômicas se associam à exigência ética" (1999, p. 42).

Uma das raízes da educação para a cooperação deve estar firmada nesse horizonte de reflexões, sem prejuízo de uma educação para a cooperação, mais vinculada e condicionada a um projeto cooperativo concreto, especialmente, em termos de capacitação técnica e de formação política. Embora em níveis diferentes, os princípios e fins da organização cooperativa devem ser os mesmos: a emancipação e a

valorização humana, a participação, a responsabilidade social, a produção da qualidade de vida.

Para Souza (2000, p. 10)

nos empreendimentos solidários vêm ocorrendo outros ganhos, diferentes do econômico em si, tais como auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos de cidadãos. De forma educadora essas iniciativas vêm apontando sinais de uma sociedade baseada na democracia jurídica e econômica (...).

Diante desse cenário, pode-se afirmar que as organizações cooperativas, hoje, tornam-se importantes espaços de educação, de aprendizagem e de construção de poder, condições necessárias para o enfrentamento das condições adversas do rápido e profundo processo de transformações, especialmente, no mundo do trabalho.

Junto a diferentes camadas sociais que enfrentam dificuldades de inserção e acesso, especialmente, aos benefícios da economia, está em afirmação uma economia, fundada em solidariedade, tendo na organização cooperativa seu fundamento cultural, social e político. Inúmeras são as iniciativas de economia solidária. Segundo Souza (2000, p. 7) essas iniciativas *“ainda têm pouco peso econômico, mas possuem grande significação cultural, afinal são experiências destacadamente educativas”*. As iniciativas de afirmação e construção de processos sociais cooperativos, através de empreendimentos solidários, i. é, de economia solidária, dão ênfase às práticas educativas, voltadas à cultura de valores e comportamentos de cooperação.

Para Gohn a ênfase dada à educação não-formal se deve às mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Segundo a autora, esse quadro de mudanças exige novas aprendizagens. *“Passou-se a valorizar os processos de aprendizagem em grupos e a dar-se grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos”* (GOHN, 1999, p. 92). Através das práticas educativas em uma organização cooperativa, busca-se reconstruir a identidade das ações dos indivíduos em um contexto de cultura de massa que produz sempre mais indivíduos, articulados uns aos outros através de um sistema de valores, segundo a lógica capitalista. (GUATTARI; ROLNIK, 2000). A lógica capitalista “ordena” os diferentes indivíduos no campo da economia, da política, da cultura: uniformiza a singularidade de cada um, cria e desenvolve um modo universal de pensar e agir. Especialmente, diante da crise social e junto aos empreendimentos cooperativos de economia solidária, a educação ganha centralidade como um processo de construção de conhecimentos, de promoção de valores e atitudes que possam fundar alternativas a essa lógica.

O desenvolvimento de uma sociedade, especialmente, quando apresenta enormes desequilíbrios de renda, depende da capacidade de conceber e articular alternativas que permitam superar as suas enormes diferenças sociais. Nessas circunstâncias, além da importância da qualificação técnica, *“impõe-se à educação como sua tarefa essencial a construção da cidadania”* (SEVERINO, 2005, p. 149).

O esforço pela retomada da educação no cooperativismo brasileiro está inerente ao significado e importância da cooperação para o desenvolvimento da sociedade brasileira, marcada por enormes diferenças sociais. No movimento cooperativo, entendido como possibilidade de alternativa de organização e atuação dos indivíduos, é valorizada a educação *“como mola-mestra de geração de novas potencialidades e habilidades a serem adquiridas pelos indivíduos”* (GOHN, 1999, p. 73).

De acordo com o sociólogo Pinto (1999, p. 17),

na transição crítica do mundo moderno para o pós-moderno, aparece, ou reaparece, uma necessidade profunda da análise científica sobre a sociedade humana que conduza à criação, ou invenção, de novas formas e padrões de coexistência e cooperação dos seres humanos entre si e das sociedades humanas com seu meio ambiente.

Sob essa visão e enfoque de análise, cooperação e solidariedade nascem como necessidades implícitas e inerentes a um processo social que parecia afirmar a grande vitória da individualidade, da autonomia e da auto-suficiência dos indivíduos.

Impõe-se conhecimento e cooperação no sentido da criação de novas possibilidades de convivência social e ambiental, entre elas a solidariedade. *“O conhecimento é a ferramenta fundamental de que o homem dispõe para dar referências à condução de sua existência histórica”* (SEVERINO, 2005, p. 138). Não se impõe apenas a solidariedade social, porém, a finitude da própria natureza impõe responsabilidade social e cooperação, em relação à preservação ambiental. Os limites da natureza e a fragilidade das individualidades, no contexto da competição e das transformações em curso, colocam limites e orientações à ação do ser humano. Cada vez mais, os espaços naturais e sociais de vida são interdependentes e exigem cooperação. A solidariedade e a cooperação se impõem mais como necessidades que como meras opções aos indivíduos. Certamente, nessa situação existe a oportunidade de gerar uma nova consciência social e ambiental que se traduz em uma dimensão educativa que, por sua vez, constitui a base para novos valores e comportamentos. Educa-se pelos desafios práticos da vida.

Nesse sentido, a educação para a cooperação ganha importância, pois os indivíduos precisam incorporar as novas exigências e construir seus instrumentos de atuação no contexto dos desafios. A necessidade e a importância de cooperação, de associação, de solidariedade e de educação se fundamentam nas dificuldades para se realizar a produção e a distribuição de riquezas em um mundo, cada vez mais, exigente e competitivo. Frente a isso, a educação e a cooperação se entrelaçam e se potencializam como processos sociais acolhedores dos desafios que vêm das circunstâncias históricas. Entretanto, Severino (2005, p. 139) adverte que a incorporação das novas normas de comportamento e de ação *“pressupõe uma espécie de adesão por parte das pessoas, individualmente, ou seja, é preciso que elas vivenciem, no plano de sua subjetividade, a força do valor que lhe é, então, imposto”*. Nisso está, sem dúvida, uma das funções da educação para a cooperação e da comunicação nas organizações cooperativas.

Na visão de Frantz (2003, p. 36) o diálogo, a interlocução, o debate, entre os associados, são a base do processo educativo e de aprendizagem, que se estrutura nas organizações cooperativas. A comunicação se constitui como uma possibilidade real de poder para os associados, frente ao mercado. Como tal, a comunicação é elemento essencial da razão cooperativa. A comunicação é um espaço de poder e um campo de educação, do qual depende o sucesso do empreendimento cooperativo, de sua estabilidade.

No diálogo da cooperação, pela avaliação crítica das práticas cooperativas, processa-se a educação. Na interação dos cooperantes, pela ação comunicativa como integrantes de um projeto comum educam-se para a cooperação, produzem conhecimentos e aprendizagens necessárias aos fins da cooperação.

Na visão de Morin (2000, p. 76) a partir de suas reflexões sobre os saberes necessários à educação do futuro, a educação para a solidariedade e para a cooperação deve ser uma tarefa fundamental, hoje. O autor coloca a questão da educação, da responsabilidade social e da solidariedade no centro de suas preocupações com a sobrevivência da própria humanidade.

É no espaço da solidariedade e da cooperação que um grande número de pequenas economias, seja de agricultores ou de trabalhadores associados, de pequenas economias familiares, encontra as suas condições de organização, frente o mercado. A produção e a distribuição de riquezas, como mecanismos fundamentais da economia, muitas vezes, precisam ser organizadas em bases cooperativas para garantir a inserção

de seus agentes no contexto maior da economia. Desses aspectos práticos decorre uma necessidade e uma importância de práticas educativas. Na organização e funcionamento de uma cooperativa, a educação aparece como um processo que objetiva levar a comportamentos e visões de mundo, favoráveis à natureza da prática cooperativa. Uma função central da educação em organizações cooperativas é a interiorização do social pelos indivíduos, superando-se a situação de simples soma de auto-interesses para se produzir a identidade grupal.

Entretanto, pode-se afirmar que organizações cooperativas abrigam em sua dinâmica de funcionamento processos educativos não apenas por que nelas se promove a atividade educativa com vistas à capacitação instrumental para a cooperação, mas por que, nos diferentes espaços da organização cooperativa, a educação decorre das relações sociais que ali acontecem, tendo em vista as necessidades, os interesses, as intenções dos associados e as ações decorrentes dessa trama social complexa que são as práticas cooperativas.

De acordo com Marques (1999:39),

constrói-se a vida humana na tensão entre a produtividade do sujeito prático-empírico, sujeito da *técne* exigida pela sobrevivência social, e o sujeito da palavra significativa, sujeito da *poiésis* ligado à dimensão criativa dos muitos mundos possíveis e enraizado no imaginário social insubmisso às formas da domesticação e da vontade de poder.

Afirma Gohn (1992, p. 17) que um processo educativo “*não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico*”. As práticas educativas decorrentes da função instrumental de uma organização cooperativa, geralmente, são explícitas, i.é, são organizadas em programas e atividades específicas.

No entanto, quando se trata de educação, inerente à cooperação como processo social, muitas vezes, as práticas educativas aparecem de forma difusa em empreendimentos de cooperação, associadas a processos de comunicação ou de interação entre os associados, dirigentes e funcionários. Nas atividades cooperativas como processo social as práticas educativas se diluem no sentido pedagógico das ações nelas desencadeadas. A educação aparece como resultado da interação entre sujeitos que objetivam construir espaços políticos ou espaços econômicos. Porém, práticas educativas podem também estar presentes na dinâmica operacional e de funcionamento de organizações cooperativas, diluídas nas atividades do processo da cooperação, como

“práticas de ação sobre outros”, através das quais se busca influenciar modos de pensar, valores e comportamentos. Isso acontece, especialmente, quando a organização cooperativa tem mero caráter instrumental no jogo das forças de mercado.

Enfim, a educação em práticas do movimento cooperativo se constitui um processo complexo, carregado de diferentes sentidos, promovidos pelas ações de gestão ou por processos de comunicação.

## **Bibliografia**

ASSMANN, H. Reencantar a Educação. Rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOETTCHER, E. Kooperation und Demokratie in der Wirtschaft. Tübingen, Alemanha: J.C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1974.

BRANDÃO, C. R. O Que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 1995a.

BRANDÃO, C. R. Em Campo Aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995b.

DELORS, J. et alii. Educação. Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. S.Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

FRANTZ, W. Genossenschaftsentwicklung und genossenschaftliche Erziehung. Eine Fallstudie aus Brasilien. In: Jahrbuch für Bildung, Gesellschaft und Politik in Lateinamerika. Münster, Alemanha: Westfälische Wilhelms-Universität Münster, 1980, p. 3-275.

FRANTZ, W. O Cooperativismo e a Prática Cooperativa. In: Perspectiva Econômica, Ano XIX, nº 51, Série Cooperativismo nº 16, p.53-70. São Leopoldo: UNISINOS, 1985.

FRANTZ, W. Organização cooperativa – campo de educação e espaço de poder. In: Perspectiva Econômica, vol. 37, nº 119, Série Cooperativismo nº 52, p. 65-84. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

FRANTZ, W. Educação e poder na racionalidade da cooperação. In: Perspectiva Econômica, vol. 38, nº 121, Série Cooperativismo nº 53, p. 15-40. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

FRANTZ, W. Razões do cooperativismo moderno. In: O INTERIOR, ano 32, nº 963, março de 2006, página 12. Porto Alegre: COOTRAEL – Cooperativa de Trabalhos Técnicos Especializados.

- GOHN, M. G. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.
- GOHN, M.G. Movimentos Sociais e Educação. São Paulo: Cortez, 1992.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica. Cartografias do Desejo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- LÉVY, P. A Inteligência Coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1998.
- MARQUES, M. O. Educação/interlocução, aprendizagem/reconstrução de saberes. Ijuí: Editora UNIJUI, 1996.
- MARQUES, M. O. A escola no computador: linguagens rearticuladas, educação outra. Ijuí: Editora UNIJUI, 1999.
- MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: UNESCO, 2000
- PINTO, L. A. C. Mundo Pós-moderno. Notas para discussão e registro histórico. In: MAIO, C, BÔAS, G. V. (orgs.). Ideais de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaio sobre Luiz Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, p. 13-19, 1999.
- SCHNEIDER, J. O. Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa. In: Perspectiva Econômica, vol. 26, nº 72-73, Série Cooperativismo 29-30. S.Leopoldo: Unisinos. 1991.
- SEVERINO, A. J. Educação e ética no processo de construção da cidadania. In: LOMBARDI, J. C. e GOERGEN, P. (orgs.). ética e educação: reflexões filosóficas e históricas. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- TOURAINÉ, A. Crítica da modernidade. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.